

- XXXVII -**REFORMA CURRICULAR E POLÍTICAS EM
ALFABETIZAÇÃO: O DISCURSO DA QUALIDADE NA
VOZ DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
SÃO PAULO**

Vanessa Santana dos Santos
Universidade Federal de São Paulo
vanessamima@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As reformas educacionais implementadas a partir da década de 1990 estão conectadas à política neoliberal e são representadas pelas agências multilaterais (AM) relacionadas à lógica de mercado para garantir a hegemonia econômica e política mundial, tais como: Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outras. Para as AM, a educação seria a saída para a crise do Estado em prol da eficiência e da produtividade

Uma das marcas das reformas educacionais é a qualidade da educação, um *slogan* (SHIROMA; EVANGELISTA, 2014), pois a educação deve ser estratégia para redução da pobreza, barreira para a produtividade. Mas, na verdade, a qualidade da educação é baseada nos critérios de eficiência, eficácia e avaliação de desempenho para medir as aprendizagens (avaliações externas) e, indiretamente, fomentar a responsabilização dos resultados sobre os docentes.

Para Ball (2002), baseando-se em Carter e O' Neill, a construção das políticas educacionais do ponto de vista internacional aponta que as mudanças ocorrem no movimento entre política, governos e educação dos países ocidentais, indicando como um dos eixos "a obtenção de um controle mais direto sobre o currículo e a avaliação" (p. 110). O currículo é priorizado nas reformas educacionais, uma vez que "nenhuma política ou reforma educacional pode ter sucesso se não colocar o currículo no seu centro" (LOPES,

2004, p.110). As políticas de alfabetização com a publicação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) assinalaram como objetivo que a alfabetização deve acontecer até o 3º ano do Ensino Fundamental, até os oito anos de idade e a parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais e municipais cotejando a adesão das redes de ensino ao programa.

A circulação de ideias sobre a alfabetização é difundida por textos políticos sem considerar as fronteiras e segue a agenda política internacional. Assim, este trabalho é parte de uma pesquisa concluída de mestrado e toma-se como objeto de estudo o *Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo - Mais Educação São Paulo* (2013) sucedida na gestão do prefeito Fernando Haddad (PT) com foco para as ações sobre alfabetização, currículo e discurso da qualidade.

Para tanto, convém problematizar como (se) a reforma curricular da SME/SP é influenciada pela agenda política internacional e nacional da educação em relação à alfabetização e se adere ao discurso da qualidade da educação. Destarte, tem-se como objetivo compreender quais discursos são propagados pelas AM e pelo PNAIC e (se) estão alinhados ao programa de reforma curricular e administrativa da SME/SP no que se refere à alfabetização e como são retratados em relação à qualidade da educação. Isto posto, a pesquisa é fundamentada no Ciclo de Políticas (BALL, 1994), considerando os contextos de influência e de produção mediante a análise documental das produções das AM, do PNAIC e da SME/SP entre 2005 e 2014.

DESENVOLVIMENTO

A reforma educacional da SME/SP reestrutura os ciclos do Ensino Fundamental para Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano), Ciclo Interdisciplinar (4º ao 6º ano) e Ciclo de Autoral (7º ao 9º ano) e realiza uma revisão de metodologias e conceitos dos currículos propostos (SÃO PAULO, 2013), salientando os direitos e objetivos de aprendizagem e a alfabetização como direito social, assim como descarta as *Orientações Curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o Ensino Fundamental – Ciclo I* que foram constituídas na gestão Serra/Kassab (2005-2008) do PSDB e apresentam as Expectativas de Aprendizagem, selecionadas dentro da possibilidade de aquisição das aprendizagens. Portanto, as políticas de currículo tendem a ser programas de governo, finalizadas pelos mandatos por falta de tempo para a consolidação, ocorrendo um rompimento pedagógico e administrativo (DOMINGUES et al., 2000, p. 64).

A proposta curricular da SME/SP está alinhada às recomendações das AM e às políticas nacionais, sendo que as políticas municipais devem estar integradas às primeiras a fim da cooperação internacional em educação (SÃO PAULO, 2013), fator reforçado no *Seminário Diálogos sobre alfabetização, leitura e escrita* em 2014 com representantes da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e do Ministério da Educação para corroborar o preceito de alfabetizar até os oito anos de idade, dado que o evento retomou o compromisso do Todos pela Educação (TPE), criado por um grupo de empresários para o debate sobre a educação apoiado na lógica capitalista partindo do discurso da qualidade da educação (MARTINS, 2009).

As redefinições em domínio pedagógico, curricular e formativo, da reforma curricular, são embasadas no documento *Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental* e no PNAIC, atrelando a política municipal em alfabetização à nacional, visto que para a constituição do Ciclo de Alfabetização (CA), marcos legislativos foram normatizados com base na melhoria da qualidade da educação.

Um dos objetivos da reforma curricular da SME/SP é a melhoria da qualidade social da educação pautada na garantia de direitos, utilizando um discurso aparentemente progressista e democrático de avaliação para aprendizagem. No entanto, tem como base indicadores de qualidade e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Almeja-se a melhoria dos índices das avaliações externas, preocupação da SME/SP, mesmo porque o PNAIC demonstra a necessidade de avaliações periódicas para mensurar os resultados por meio da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Então, a qualidade da educação está associada à política neoliberal, pois o verificar das avaliações externas não tem o intuito ingênuo, já que os dados obtidos podem influenciar novas reformas no que tange à formação dos professores alfabetizadores.

Conclusões

A reforma curricular teve uma relação intrínseca aos direitos de aprendizagem e ao PNAIC por ter à frente da SME/SP, César Callegari que participou da formulação da política nacional quando Fernando Haddad fora Ministro da Educação. A alfabetização como direito foi lançada por meio das formações do PNAIC com o abandono das concepções do currículo anterior, considerando que para reformar o currículo é fundamental legitimar uma ideia, sendo que o retratado antes tende a ser apagado, não que se excluam concepções antecedentes, mas são desqualificadas.

A qualidade da educação ainda que proferida como qualidade social da educação não se desvincula de pautas das AM, muito menos das nacionais, fazendo com que a reforma curricular tenha um discurso com tom progressista, mas induzida por políticas neoliberais que têm por objetivo a educação para eficiência e produtividade.

O Estado avaliador associa o desempenho das escolas à política de bônus que gera competitividade e *rankings*. Embora a política de bonificação da SME/SP ainda não esteja vinculada às avaliações externas, mas, principalmente, à assiduidade, há uma tendência de avaliar o desempenho dos professores, exclusivamente, por meio desses dados, promovendo formações para adaptar os docentes à reforma, fato que interfere na autonomia pedagógica dos professores.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. In: BALL, S. J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Philadelphia: Open University Press, 1994.

BALL, S. J. Grandes políticas, un mundo pequeno. Introducción a una perspectiva internacional en las políticas educativas. In: NARODOWSKI, M. (Org.). **Nuevas tendencias en políticas educativas: Estado, mercado y escuela**. Buenos Aires: Granica, 2002.

DOMINGUES, J. J.; TOSCHI, N. S.; OLIVEIRA, J. F. de. A reforma do Ensino Médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 70, Abr. 2000.

LOPES, A. C. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 26, p. 109-118, maio-ago, 2004.

MARTINS, A. C. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28, jan/jun. 2009.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – **Mais Educação São Paulo – Documento Referência**. São Paulo: SME/DOT, 2013.

SHIROMA, E; EVANGELISTA, O. Apresentação. In: EVANGELISTA, O. (Org.). O que revelam os slogans da política educacional. Araraquara – SP: Junqueira & Marin, 2014.